

The background features a dark green field with several abstract, organic shapes. A large white shape curves from the top right towards the center. Below it, a brown shape and an orange shape are positioned on the right side. A teal shape is located at the bottom left. The overall style is modern and minimalist.

9. ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS



9.1 APRESENTAÇÃO PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO (PROAD)

A Pró-Reitoria de Administração (PROAD) é o setor responsável pelas tarefas executivas na área administrativa do IFRO, cujas principais atribuições estão vinculadas à execução orçamentária e financeira do Instituto. Como foco central de sua atuação, a PROAD propõe mecanismos organizacionais de gestão orçamentária e financeira, bem como viabiliza as atividades administrativas necessárias para o atendimento das áreas afins da Instituição (Ensino, Pesquisa e Extensão). Além disso, a atuação da PROAD abrange várias áreas essenciais, como: transporte, contratos e convênios, aquisição de materiais e equipamentos, compras e licitações, patrimônio e almoxarifado, finanças e contabilidade. As atividades desenvolvidas pela PROAD são, em sua essência, atividades-meio. Deste modo, o objetivo é que sejam viabilizadas as atividades-fim desenvolvidas pelo Ensino, Pesquisa e Extensão.

Para o atendimento das demandas, a PROAD conta com 3 (três) Diretorias que promovem todo o suporte necessário para que a Pró-Reitoria de Administração atenda de forma adequada ao bom funcionamento do IFRO: Diretoria de Administração (DADM), Diretoria de Engenharia e Infraestrutura (DEINF) e Diretoria de Orçamento e Finanças (DOF).

A Diretoria de Administração (DADM) é o setor que tem como objetivo planejar, coordenar, subsidiar, orientar e avaliar a execução das políticas e ações relacionadas à área administrativa, gestão patrimonial e de recursos materiais, manutenção da infraestrutura predial, transportes, contratações e aquisições. Estão subordinadas a essa Diretoria, as seguintes coordenações: Coordenação de Contratos e Convênios, Coordenação de Compras e Licitações, Coordenação de Patrimônio e Almoxarifado e Coordenação Geral de Administração e Manutenção.

Já a Diretoria de Engenharia e Infraestrutura é o setor responsável pela gestão dos processos de planejamento, projeto, programação, construção e reformas, além da viabilização das obras. Estão subordinadas a essa Diretoria, as seguintes coordenações: Coordenação de Projetos de Engenharia e Arquitetura e Coordenação de Execução e Fiscalização.

Por fim, a Diretoria de Orçamento e Finanças é o setor responsável por planejar, coordenar, orientar e supervisionar a elaboração e execução orçamentária e financeira. Estão subordinadas a essa Diretoria, as seguintes coordenações: Coordenação de Finanças, Coordenação de Controle Orçamentário e Contadoria.

9.2 RESULTADOS OBTIDOS – PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL 2014-2018

O Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018 apresentou vários objetivos e metas a serem alcançados no período de sua vigência. Considerando que estamos no ano de 2017, e a vigência do PDI é até 2018, alguns dos objetivos e metas propostos ainda não foram alcançados, visto que alguns deles estão previstos para 2017 e 2018. Todavia, tivemos êxito em várias ações as quais destacamos as principais no quadro a seguir.

ATIVIDADES REALIZADAS DO PDI 2014-2018	
AÇÕES	SITUAÇÃO ATUAL
Promover a criação de manuais de usuários dos sistemas e fluxos processuais.	Foram elaborados os seguintes manuais de procedimentos: Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos; Manual de Inventário Anual; Manual de Normas e Procedimentos de Patrimônio e Almoxarifado; Regulamento das Compras e Contratações Compartilhadas; Procedimento de Apuração e Aplicação de Penalidades às Empresas Contratadas.
Implantar e consolidar todos os módulos do SUAP para a Gestão Administrativa.	Foram implantados os módulos de Almoxarifado e Patrimônio. Já o módulo Contratos está em fase experimental.
Implantação do módulo de Almoxarifado no SUAP.	Realizado.

ATIVIDADES REALIZADAS DO PDI 2014-2018	
AÇÕES	SITUAÇÃO ATUAL
APERFEIÇOAR E OTIMIZAR A GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA E A ALOCAÇÃO DE RECURSOS	
Criar mecanismos de controle da execução orçamentária para aprimorar a gestão orçamentária nos <i>campi</i> e Reitoria.	
Criar mecanismos para melhorar a comunicação entre reitoria e os <i>campi</i> quanto à gestão orçamentária.	Realizado (processo contínuo). Uso de planilhas eletrônicas; intensificação da comunicação por meio de correio eletrônico compartilhado com todos os <i>campi</i> ; aprimoramento da elaboração do QDD, visita aos <i>campi</i> .
Realizar, no mínimo uma vez por ano, visita em cada <i>campus</i> para verificar e acompanhar a gestão orçamentária e adequação dos procedimentos adotados.	Realizado.
Aprimorar o planejamento orçamentário do IFRO junto às demais Pró-Reitorias.	
Implantar modelo de planejamento baseado em centros de custos.	Iniciou-se em 2017 o projeto-piloto com as principais despesas na reitoria.
Aprimorar o plano de ação, sua execução e fiscalização.	Iniciou-se em 2017 a elaboração do Plano de Ação e sua inserção no Redmine para maior publicização.
APERFEIÇOAR A GESTÃO PATRIMONIAL E DE MATERIAIS	
Padronizar e informatizar a gestão patrimonial e de materiais do IFRO.	
Elaborar manual de padronização dos inventários de bens móveis e imóveis e de almoxarifado do IFRO.	Realizado.
Implantar sistema informatizado de gestão de almoxarifado (SUAP) em todas as unidades do IFRO, em parceria com a DGTI.	Realizado.
Fazer visitas anuais em cada <i>campus</i> , com o objetivo de orientar a gestão patrimonial e de materiais.	Realizado (processo contínuo).
Disponibilizar um Sistema Integrado entre os setores de aquisição, almoxarifado e patrimônio.	
Permitir que os setores ligados à gestão de materiais tenham acesso a todas as informações referentes ao material do início ao fim da vida útil.	Realizado.
Evitar retrabalhos na inserção dos dados em módulos separados (Patrimônio e Almoxarifado).	Em andamento.

ATIVIDADES REALIZADAS DO PDI 2014-2018	
AÇÕES	SITUAÇÃO ATUAL
Garantir maior confiabilidade e segurança ao processo (Patrimônio e Almoxarifado).	Realizado.
APRIMORAMENTO DOS PROCESSOS DE AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS, SERVIÇOS E MATERIAIS DE CONSUMO	
Aprimorar os procedimentos de aquisição de bens e serviços.	
Elaborar instruções normativas, ou documentos equivalentes, na área de compras e licitações.	Realizado. Foram normatizadas as compras e contratações compartilhadas no âmbito do IFRO.
Criar estratégias e procedimentos para tornar o processo de aquisição mais ágil.	Em andamento. Elaboração de bases de conhecimento referente ao fluxo de processo; Implantação do SEI; Padronização de documentos; Normatização das Compras Compartilhadas.
Implementar, em conjunto com a DGTI, sistema informatizado para aprimorar as aquisições por meio de compras compartilhadas.	Realizado. Aperfeiçoamento da planilha de controle das Compras e Contratações Compartilhadas.
Disponibilizar no site do IFRO as informações relativas aos processos licitatórios.	Em andamento. Em fase de compilação das informações a serem disponibilizadas.
MELHORIA NOS PROCEDIMENTOS DE ELABORAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS	
Melhorias dos procedimentos de elaboração de contratos e convênios	
Elaborar instruções normativas, ou documentos equivalentes, na área de contratos e fiscalização.	Realizado.
Elaborar manual de elaboração de contratos.	Realizado.
Implantar sistema informatizado para controle dos prazos dos contratos.	
Implantação de sistema informatizado de gestão de contratos, visando ao maior controle e agilidade na gestão dos contratos de bens e serviços.	Em andamento. O módulo de contratos do SUAP está em fase experimental para posterior implantação efetiva.
Disponibilizar no site do IFRO as informações relativas aos contratos em vigência.	Em andamento. Em fase de compilação das informações a serem disponibilizadas.

ATIVIDADES REALIZADAS DO PDI 2014-2018	
AÇÕES	SITUAÇÃO ATUAL
GESTÃO DE FROTA DOS VEÍCULOS OFICIAIS	
Aprimorar a gestão da frota de veículos oficiais.	
Elaborar instruções normativas, ou documentos equivalentes, de gestão e renovação de frota.	Em andamento
Manter serviço para aquisição de combustível.	Realizado (Processo contínuo).
Manter contrato de serviço de seguro de todos os veículos oficiais.	Realizado (Processo contínuo).
PROMOVER A EXPANSÃO E MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA DO IFRO PARA ATENDER AS ATIVIDADES DE ADMINISTRAÇÃO, ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DOS CAMPIS	
Construir a infraestrutura complementar dos novos <i>campis</i> do IFRO.	
Concluir as obras dos novos <i>campis</i> que estão em andamento e propiciar a infraestrutura necessária para seu funcionamento	Em andamento.
Construir as edificações necessárias da segunda e terceira fase da expansão, ampliação da infraestrutura dos <i>campis</i> , conforme áreas de atuação.	Em andamento.
Reestruturação dos <i>campis</i> existentes do IFRO, adequando as demandas das atividades de administração, ensino, pesquisa e extensão.	
Executar reformas nos <i>campis</i> em funcionamento e construção de novas edificações, conforme plano de desenvolvimento físico do IFRO.	Em andamento.
Criar mecanismos para celeridade nos processos de contratação de obras e serviços de engenharia.	
Utilização do RDC para celeridade nas aquisições de obras e serviços de engenharia.	Realizado (Processo contínuo).

Tabela 35 – Resultados Obtidos – PDI 2014-2018
Fonte: PROAD – Ano 2017

9.3 DEMONSTRAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA, INCLUINDO OS PROGRAMAS DE EXPANSÃO PREVISTOS NO PDI

A proposta orçamentária dos Institutos Federais de Educação, conforme dispõe a [Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008](#), é identificada e formalizada por *campus* e Reitoria, exceto no que diz respeito às despesas de pessoal, encargos sociais e benefícios de servidores. Desde a criação dos Institutos Federais, a proposta orçamentária é validada pelo Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – CONIF.

O FORPLAN, por meio de sua comissão de orçamento, elabora a Matriz Orçamentária para o próximo exercício financeiro, denominada Matriz CONIF, em meados do fim do primeiro semestre de cada ano, e apresenta ao CONIF para validação que, por sua vez, apresenta à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC para aprovação final. Atualmente, a sistemática da elaboração tem focado principalmente no número de alunos de cada *campus* pré-expansão e na quantidade de *campus* expansão. Os Institutos Federais pré-expansão configuram-se como sendo os *campi* já existentes antes da criação dos Institutos Federais pela [Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008](#), enquanto que os *campi* em expansão constituem os novos *campi* criados concomitantemente à lei e permanecem nesse status durante cinco anos.

A metodologia da Composição da Matriz CONIF utiliza como principais parâmetros, os seguintes elementos para constituição dos valores orçamentários:

- Número de alunos separados em alunos de custo baixo, médio e alto;
- Número de alunos de cursos agropecuários;
- Número de *campi* em expansão da Rede Federal;
- Alunos de Ensino a Distância;

- Alunos em Regime de Internato Pleno – RIP;
- Discriminação do número de alunos por nível de ensino (ensino médio, técnico, tecnológico, licenciatura, graduação, pós-graduação);
- Quantidade de horas e dias do curso (a partir da Matriz de 2012).

Dos parâmetros citados acima, o mais relevante para compor a matriz orçamentária é o custo do aluno dividido nas categorias de baixo custo, médio e alto custo. A Comissão de Orçamento do FORPLAN divide cada um dos níveis de ensino (ensino médio, técnico, tecnológico, bacharelado, licenciatura, pós-graduação, ensino a distância e alunos de curso agropecuário) em três grupos com base no custo, da seguinte forma: cursos com custo baixo, custo médio e custo alto. Cada aluno dos diversos níveis de ensino considerado de custo baixo, recebe peso igual a 1. Para o custo médio, o peso é 1,75 e para o custo alto o peso é 2,5. Os valores estipulados para esses pesos são discricionários e não seguem um estudo mais aprofundado para justificar tais valores.

Para coletar o número de alunos, a fim de compor a Matriz CONIF, o FORPLAN utiliza o último semestre do ano anterior e o primeiro semestre do ano em que é apresentada a proposta. A apresentação da proposta orçamentária de cada ano ocorre em meados de julho do ano anterior.

O retrocesso da informação do número de alunos chega a ser de um ano e meio. Isso se dá, pois a proposta orçamentária, conforme dispõe a lei, deve ser apresentada praticamente seis meses antes do início do ano, ou seja, até 31 de agosto do ano anterior. Assim sendo, como o FORPLAN utiliza o período de um ano para o cálculo dos alunos, acaba retroagindo um ano e meio em relação ao exercício financeiro da matriz.

A Matriz CONIF, embora discrimine a quantidade de alunos por nível de ensino (ensino médio, técnico, tecnológico, etc.), não utiliza pesos para cada nível, porém utiliza a matrícula equalizada para determinar o valor do orçamento a ser concedido.

A matrícula equalizada é o produto do número de matrículas pelos respectivos pesos. Os pesos são assim determinados:

- Custo do aluno sendo custo baixo peso 1, custo médio peso 1,75 e custo alto peso 2,5;
- Aluno de curso na área agropecuária possui peso 1,5;
- Aluno RIP possui peso 1,5, porém, a partir de 2012, o peso passou a ser 3,75;
- Fator de equalização, utilizado a partir da matriz 2012, utilizando a fórmula $(365.CH) / (800.DC)$, no qual CH é a carga horária total do curso e DC a quantidade de dias de curso.

A fórmula final que remonta ao número de matrículas equalizada é $f(x.p1.p2 + y.p3)$, no qual f é o fator de equalização, x é o número de matrículas do curso, p1 é o peso do custo do curso, p2 é o peso do curso agropecuário (caso não seja, o peso é 1), y é o número de alunos RIP desse curso e p3 o peso do aluno RIP.

A partir da matrícula equalizada de cada *campus*, é computada a fração de matrícula, que nada mais é do que a fração que a matrícula equalizada do *campus* representa sobre o total de matrículas equalizadas em toda a matriz.

O cálculo do valor orçamentário que os *campi* pré-expansão receberão é calculado como o produto entre a fração de matrícula pelo valor da matriz orçamentária do ano anterior. É acrescido a esse valor o percentual de aumento de matrículas em relação à matriz do ano anterior, além do índice de inflação IPCA.

O cálculo do valor disponibilizado para os *campi* em expansão é definido em duas formas. A primeira é um piso orçamentário, a segunda é um complemento definido como o produto da matrícula equalizada desse *campus* por um valor definido que, em 2010, era de R\$ 400,00 e evoluiu ao longo dos anos, de modo que, em 2013, era R\$ 423,00. O valor total é a soma do piso com o complemento.

Para os anos de 2010, o piso orçamentário para os *campi* expansão era de R\$ 1.400.000,00 e R\$ 1.600.000,00 para *campus* agropecuário. Ao longo dos três próximos anos, esses valores foram subindo de modo que, para a matriz 2013, os valores foram R\$ 1.667.462,00 e R\$ 1.889.790,00, respectivamente.

A proposta orçamentária para a Reitoria teve uma metodologia adotada em 2010 e 2011, contudo em 2012 e 2013 essa metodologia mudou. Em 2010, o valor disponibilizado à Reitoria era de 20% da soma dos orçamentos dos *campi* sob sua coordenação com um piso de R\$ 1.250.000,00. Já em 2011, o valor era de 15%, com um piso de R\$ 1.500.000,00.

Nos anos de 2012 e 2013, a proposta de orçamento para a Reitoria passou a ser com base em um valor constante acrescido do produto entre o número de *campi* por um valor estipulado por *campus*. Em 2012, o valor constante era de R\$ 2.500.000,00 acrescido de R\$ 100.000,00 por *campus*. Já em 2013, o valor constante era de R\$ 2.627.000,00 acrescido de R\$ 105.000,00 por *campus*.

Por fim, os demais acréscimos na matriz orçamentária são por conta do recurso disponibilizado ao Ensino a Distância (EaD), Pesquisa, Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) e Assistência Estudantil. Com exceção da verba para Assistência Estudantil, as demais verbas seguem com poucas modificações ao longo dos anos, distribuídas assim:

- Um determinado percentual da verba distribuído linearmente.
- O restante multiplicado pela fração de matrículas de cada modalidade (FIC, EAD).

Para a Assistência Estudantil, utiliza-se o mesmo critério das matrículas equalizadas, porém o valor é corrigido de acordo o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) ponderado de cada município onde o *campus* está instalado.

O Orçamento do IFRO é estabelecido anualmente no Orçamento Geral da União através da Lei Orçamentária Anual (LOA), compreendendo as Despesas Correntes (Custeio) e as Despesas de Capital (Investimentos), relativas à Reitoria e aos *Campi*.

As receitas orçamentárias necessárias à manutenção e aos investimentos da instituição são provenientes do Tesouro Nacional e de recursos adquiridos por meio de descentralizações de créditos de outras entidades públicas. Vale destacar que o Tesouro Nacional participa predominantemente do Orçamento.

O IFRO arrecada seus recursos próprios através de vários modos de captação, tais como aluguéis, serviços administrativos, leilões, venda de excedentes de produção animal e vegetal e inscrições de concursos públicos entre outros.

Quanto aos recursos orçamentários descentralizados, estes são captados por meio de Convênios,

Parcerias e Termo de Execução Descentralizada (TED), advindos, em sua grande parte, da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Governo do Estado.

O Orçamento destinado ao cumprimento das obrigações com pessoal ativo, inativo, encargos sociais e benefícios, é administrado de forma direta pela Subsecretaria de Planejamento e Orçamento (SPO) do MEC. O acréscimo do número de servidores depende de autorização para abertura de concursos públicos e de comprovação da disponibilidade orçamentária. O montante de recursos, nesse caso, está atrelado ao número de servidores do quadro e da política salarial do Governo Federal.

A Matriz Orçamentária é a ferramenta que visa à distribuição justa de recursos orçamentários para a Lei Orçamentária Anual - LOA, destinados a atender os orçamentos de custeio e de investimentos das Instituições pertencentes à Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

9.4 SUSTENTABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA

Os aspectos econômicos e financeiros são indispensáveis e decisivos em uma política que visa garantir a continuidade do funcionamento, principalmente na hipótese dos riscos relacionados à diminuição de recursos destinados às atividades-fins e administrativas (custeio), bem como para a manutenção dos investimentos necessários para o desenvolvimento e expansão do IFRO. Deste modo, com o intuito de assegurar que o IFRO continue desenvolvendo suas atividades de forma duradoura, torna-se extremamente necessário realizar a gestão dos recursos disponíveis, de modo que os mesmos atendam de forma adequada ao planejamento proposto pelo Instituto.

Além dos recursos oriundos da matriz orçamentária, o Instituto também estimula e promove a busca por alternativas para complementar o seu orçamento por meio de captação de recursos extra orçamentários como forma de reforçar sua sustentabilidade financeira.

9.5 ESTRATÉGIA DE GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Para se alcançar uma gestão econômico-financeira com cada vez mais eficiência e eficácia e voltada para uma melhoria contínua na qualidade dos gastos e atenta à sustentabilidade financeira da Instituição, propõem-se as seguintes ações:

- Consolidar a interlocução entre a gestão e a comunidade, trazendo mais transparência às ações institucionais (Resp.: PROAD/GABINETE/ASCOM – 2018 a 2022);
- Aperfeiçoamento das ferramentas do sistema de gestão existentes e implantação de novas ferramentas, buscando um maior diálogo e interação com o Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) no Planejamento, execução e controle das ações planejadas (Resp.: PROAD/DOF/DGTI – 2018 a 2020);
- Busca pela equalização e otimização de estrutura física e de pessoal nos *campi* e reitoria, identificando a infraestrutura e a força de trabalho necessárias para cada atividade (Resp.: PROAD/PRODIN – 2018 a 2022);
- Manutenção e implementação de ações de capacitação de servidores, com foco na gestão pública, para melhoria contínua de suas atividades (Resp.: DGP – 2018 a 2022);
- Proposição de ações de melhoria dos gastos fixos com custeio, definições de padrões e metas, objetivando uma maior flexibilidade na realização de investimentos e outros custeios diretamente aplicados nas atividades fins da Instituição, de ensino, pesquisa e extensão (Resp.: PROAD/DOF – 2018 a 2022);
- Realização de estudos mais aprofundados das previsões de receitas e fixações de despesas nos *campi* e Reitoria, tendo por base métodos mais apurados e visando fortalecer a sistemática de planejamento institucional e de avaliação de indicadores; e utilização dos indicadores do Tribunal de Contas da União (TCU), bem como do Painel de Indicadores do IFRO como ferramentas básicas para o gerenciamento do sistema organizacional, haja vista fornecerem informações importantes para os processos de tomada de decisão (Resp.: PROAD/PRODIN – 2018 a 2022).

9.6 PLANO DE INVESTIMENTOS

Os planos de investimentos do IFRO estão fundamentados numa previsão de incremento anual na ordem de 10% (dez por cento) no orçamento de OCC, como também, no pressuposto de que, uma vez garantidos os recursos necessários às despesas fixas de manutenção básica, o “excedente” será investido em ações que visam à recuperação, ampliação, modernização e atualização tecnológica, dotando a Instituição de melhores condições de ensino.

Além dos recursos repassados do Tesouro para OCC, poderemos contar, ainda, com os recursos próprios, como também, submeter os projetos de investimento ao MEC e Instituições Parceiras, visando à obtenção de recursos para financiar a expansão da infraestrutura.

9.7 PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (5 ANOS)

O IFRO, desde sua implantação, vem apresentando uma crescente evolução na sua Matriz Orçamentária, considerando tanto a implantação de novos *campi* como o crescente aumento do número de servidores e alunos, conforme demonstração na tabela a seguir:

GRUPO DESPESA	2013	2014	2015	2016	2017
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 47.496.480	R\$ 63.114.790	R\$ 82.568.718	R\$ 108.937.579	R\$ 120.648.572
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 29.674.903	R\$ 35.272.232	R\$ 45.545.577	R\$ 46.640.977	R\$ 52.502.386
INVESTIMENTOS	R\$ 34.085.577	R\$ 25.857.612	R\$ 45.430.688	R\$ 13.311.721	R\$ 6.120.396
TOTAL	R\$ 111.258.973	R\$ 124.246.648	R\$ 173.546.998	R\$ 168.892.293	R\$ 179.273.371

Tabela 36 - Evolução Orçamentária do IFRO
Fonte: TESOURO GERENCIAL - Ano 2017

Para previsão orçamentária dos próximos 5 anos e cronograma de execução para os anos de 2018 a 2022, tem-se os seguintes dados:

GRUPO DESPESA	2018	2019	2020	2021	2022
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 133.618.519	R\$ 147.982.759	R\$ 163.891.181	R\$ 181.509.789	R\$ 201.022.430
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 58.146.490	R\$ 64.397.347	R\$ 71.320.182	R\$ 78.987.234	R\$ 87.478.509
INVESTIMENTOS	R\$ 7.344.476	R\$ 8.813.371	R\$ 10.576.046	R\$ 12.691.255	R\$ 15.229.507
EXTRA ORÇAMENTÁRIOS	R\$ 10.000.000	R\$ 11.000.000	R\$ 12.000.000	R\$ 13.000.000	R\$ 14.000.000
TOTAL	R\$ 209.109.485	R\$ 232.193.477	R\$ 257.787.409	R\$ 286.188.278	R\$ 317.730.446

Tabela 37 – Previsão Orçamentária do IFRO – 2018-2022

Fonte: DOF – Ano 2017

Vale salientar que essa projeção não assegura a disponibilidade orçamentária prevista, tendo em vista que a proposta orçamentária tem periodicidade anual e que outras variáveis determinam o orçamento da Instituição, bem como o processo de ampliação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, e está sujeita à disponibilidade orçamentária do MEC.

Pondera-se que os recursos previstos anualmente, somados à possibilidade de captação, considerando ainda o histórico de reajustes, a conjuntura econômica, incluindo a crise financeira que assola o país, e os contingenciamentos poderão suportar um PDI com apoio no planejamento das metas e ações para cada exercício financeiro.

